

APRESENTAÇÃO

O Volume 2 da Revista Interface: Famílias e Políticas Públicas - RIFPP tem como objetivo analisar as Políticas de Proteção Social com Famílias na América Latina e Europa.

Nesta edição, apresentamos uma coletânea de estudos e pesquisas que abordam as políticas de proteção social direcionadas às famílias em situação de vulnerabilidade nos continentes americano e europeu. Esses estudos foram realizados ao longo do ano de 2021 durante os Encontros de Pesquisadores promovidos pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Famílias e Políticas Públicas – NEF.

Com uma abordagem interdisciplinar e intercontinental, o objetivo deste volume é examinar as implicações do Covid-19 e analisar as políticas públicas implementadas para atender às necessidades específicas dessas famílias, levando em consideração as particularidades de cada continente. Vale ressaltar que a apresentação dos conteúdos é feita tanto em espanhol quanto em português, visando ampliar o alcance e o acesso aos resultados de pesquisa.

Na Parte I, intitulada “Políticas de Proteção Social com Famílias na América Latina e Europa”, são apresentados diversos projetos de pesquisa que abrangem diferentes contextos e países, alinhados ao foco de análise deste volume 2.

O primeiro artigo, intitulado “Projeto de pesquisa interdisciplinar e intercontinental - Interfaces do Covid-19: Políticas públicas para famílias em situação de vulnerabilidade”, escrito por Ana Rojas Acosta, oferece uma visão geral do projeto e suas abordagens, desenvolvidas no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Famílias e Políticas Públicas - NEF/UNIFESP. Este artigo descreve a pesquisa multicêntrica iniciada em março de 2021, que tem como objetivo analisar as políticas públicas destinadas a famílias vulneráveis durante a pandemia de Covid-19. O estudo é conduzido por um grupo internacional de pesquisadores e profissionais de serviços públicos de diversos países. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e baseada em fontes bibliográficas para examinar legislações, documentos técnicos e políticos, além de conduzir entrevistas com gestores e usuários de programas de políticas públicas. Seu objetivo principal é compreender as estruturas e concepções dos sistemas de proteção social em cada país, bem como identificar as medidas implementadas durante a pandemia para proteger as famílias

vulneráveis. Em síntese, a pesquisa tem como propósito fornecer subsídios para o aprimoramento das políticas públicas voltadas para famílias vulneráveis, com a finalidade de promover maior inclusão social e igualdade nos países participantes.

Em seguida, o artigo dois sobre Segurança Alimentar na Zona Oeste de São Paulo em tempos de Pandemia, de Alice Dianezi Gambardella, discute a questão em tela e sua relação com as famílias vulneráveis nessa região específica da cidade de São Paulo no Brasil. O artigo explora as estratégias metodológicas adotadas pelos pesquisadores para conduzir a pesquisa de campo, levando em consideração as restrições impostas pela quarentena. O aumento da insegurança alimentar, especialmente entre a população mais vulnerável, é destacado, com dados que mostram que cerca de metade da população enfrentou algum tipo desta insegurança. O aumento dos preços dos alimentos, especialmente da carne, é apontado como um dos principais fatores que contribuíram para essa situação.

O artigo três, Principales Políticas dirigidas a Sectores Vulnerabilizados en Argentina de Miguel Edgardo Vicente Trotta, examina as políticas voltadas para os setores vulneráveis na Argentina e seu impacto nas famílias. Destaca a restauração neoconservadora na região no período de 2000 a 2015, especialmente com o governo de Mauricio Macri, em 2015, marcada pelo retorno às políticas do Fundo Monetário Internacional – FMI e pela dependência de crédito externo para a estabilidade das finanças públicas. O autor nos convida a refletir sobre os projetos sociais e a compreender a importância central das políticas públicas, especialmente as sociais, como parte fundamental desses esforços no cenário descrito.

COVID-19: Um Olhar para as Famílias Brasileiras em Situação de Vulnerabilidade de Ana Rojas Acosta, no artigo quarto, aborda a relação entre a pandemia de COVID-19 e as famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade social. O artigo enfatiza que as desigualdades sociais e a falta de investimentos nas áreas sociais têm agravado a vulnerabilidade das famílias durante a pandemia. O contexto atual é descrito como volátil, incerto, complexo e ambíguo (mundo VUCA), com características identificadas como frágeis, ansiosas, não lineares e incompreensíveis (BANI). Isso evidencia a fragilidade do mundo neste contexto pandêmico, aumenta a ansiedade, torna os eventos imprevisíveis e dificulta a compreensão da realidade. O artigo destaca a importância de políticas públicas efetivas e medidas de apoio contínuas, incluindo acesso a serviços essenciais, capacitação e geração de emprego, para ajudar essas famílias a enfrentar os desafios da pandemia e superar a vulnerabilidade.

Em seguida, no quinto artigo, Juana Eugenia Arias Rojas, Narla Córdova González, Lorena Núñez Zúñiga, Pamela Orellana Acuña e Carlos Miranda Díaz abordam a Política Habitacional y Regeneración Urbana: Reconociendo y reparando una Deuda Histórica con Familias Chilenas. Anotam que o trabalho social desempenha um papel importante nesse contexto, ao perceber a habitação não apenas como um bem de consumo, mas como um espaço de proteção, segurança e desenvolvimento da vida humana e da identidade. Destacam a importância da vida comunitária e dos bairros para combater o individualismo e a competição presentes na sociedade atual. Referem que as políticas atuais do mercado imobiliário focam na propriedade privada, negligenciando a formação de um tecido social mais abrangente que deve promover dignidade humana, garantir acesso às necessidades básicas e estimular a participação pública, contribuindo para uma vida cívica na comunidade.

Miguel Edgardo Vicente Trotta retorna, no artigo seis, com o Desarrollo Sustentable Urbano y Seguridad Alimentaria en la población del Conurbano Sur de Buenos Aires en la situación de Pandemia Covid 19 que analisa o desenvolvimento sustentável urbano e a segurança alimentar na região do Conurbano Sur de Buenos Aires, na Argentina, durante a pandemia. O autor destaca os fatores estruturais e de longo prazo que condicionam as possibilidades de garantir a segurança alimentar, devido ao impacto do sistema econômico capitalista global na região. Trata a precariedade do emprego e a queda do poder

de compra que afetam a capacidade do mercado em fornecer alimentos adequadamente, a atuação do Estado insuficiente para regular as demandas da produção alimentar popular e os múltiplos fatores e atores que se envolvem nesta questão.

No final desta I Parte, artigo 7, Wendy Coxshall apresenta o artigo intitulado *La soberanía alimentaria, la agroecología y la reforma agraria: ¿Cómo promover la justicia climática?* aborda questões relacionadas com a reforma agrária, a soberania alimentar e a sua ligação com a justiça climática. O texto discute a forma como o capitalismo influencia a crise climática e analisa o abastecimento alimentar global assim como a relação com a pandemia do coronavírus no Reino Unido. Explora também a forma como a pandemia e a reprodução social afetam a família e o Estado-nação no contexto britânico. Além disso, examina a falta de reforma agrária no Reino Unido e a forma como esta se relaciona com a terra e a monarquia. Salienta a importância da luta pela justiça e pela igualdade em países como o Peru, onde a terra e a reforma agrária são questões relevantes.

Na II Parte deste volume 2, denominada Práticas Interventivas de Trabalho Social são apresentadas as dissertações de mestrado desenvolvidas no âmbito de dois programas de pós-graduação: o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais (Mestrado Acadêmico) e o Programa de Pós-Graduação no Ensino das Ciências em Saúde (Mestrado Profissional) ambos desta Universidade Federal de São Paulo. Essas dissertações são resultado do trabalho das pesquisadoras, Cimere Tatiane dos Santos Klauk e Cibele Evangelista Santos Alves sob orientação de Ana Rojas Acosta e se debruçaram sobre questões relevantes ao campo do trabalho social.

A dissertação de Cimere Tatiane dos Santos Klauk, intitulada *População em situação de rua: Análise das políticas públicas para inserção ao mercado de trabalho na região central da cidade de São Paulo*, concentra-se na análise das políticas públicas voltadas para a inserção da população em situação de rua no mercado de trabalho. A partir de uma abordagem crítica e contextualizada, as autoras examinam as estratégias e iniciativas adotadas na região central da cidade de São Paulo, buscando compreender sua efetividade e impacto na promoção da inclusão social e no combate à vulnerabilidade dessa população tão marginalizada.

Já a dissertação de Cibele Evangelista Santos Alves intitulada *Política de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Cajati – São Paulo* concentra-se na análise da política de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no contexto do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Cajati, em São Paulo. O texto explora como essa política é implementada, quais são seus desafios e impactos na formação e qualificação dos profissionais que atuam nessa área, destacando a importância da capacitação constante para a melhoria dos serviços prestados à população.

Ambas as dissertações abordam temáticas de relevância social e contribuem para o avanço do conhecimento no campo do Serviço Social. Elas oferecem análises críticas e reflexões fundamentadas, resultantes de pesquisas cuidadosas e aprofundadas, que podem subsidiar a prática profissional e o desenvolvimento de políticas mais efetivas e inclusivas.

Finalmente, o Volume 2 da Revista Interface: Famílias e Políticas Públicas - RIFPP apresentou uma coletânea de estudos e pesquisas que analisaram as políticas de proteção social com famílias na América Latina e Europa. Com uma abordagem interdisciplinar e intercontinental, o objetivo foi examinar as implicações do Covid-19 e as políticas públicas implementadas para atender às necessidades dessas famílias, considerando as particularidades de cada continente.

Na Parte I, intitulada “Políticas de Proteção Social com Famílias na América Latina e Europa”, foram apresentados projetos de pesquisa abrangendo diferentes contextos e países. Os capítulos abordaram

temas como políticas para famílias vulneráveis durante a pandemia, segurança alimentar em tempos de crise e políticas voltadas para os setores vulneráveis, entre outros.

Na Parte II, intitulada “Práticas Interventivas de Trabalho Social”, foram apresentadas dissertações de mestrado desenvolvidas em dois programas de pós-graduação. A dissertação de Cimere Tatiane dos Santos Klauk analisou as políticas públicas para a inserção da população em situação de rua no mercado de trabalho na região central de São Paulo. Já a dissertação de Cibele Evangelista Santos Alves focou na política de Educação Permanente do SUAS no Centro de Referência de Assistência Social do município de Cajati, em São Paulo.

Essas dissertações abordaram questões relevantes ao trabalho social, oferecendo análises críticas e reflexões embasadas. Contribuem para o avanço do conhecimento, podendo subsidiar a prática profissional e o desenvolvimento de políticas mais efetivas e inclusivas. O objetivo, além de disseminar as pesquisas produzidas no marco do NEF é despertar o interesse de estudantes, pesquisadores e profissionais da área, estimulando o debate e a construção de intervenções transformadoras.

Boa leitura!

Ana Rojas Acosta

PREFÁCIO

Mantivemos neste número da revista o debate sobre proteção social em tempos de pandemia¹.

Na primeira parte, autores diversos em espanhol e português, refletem sobre políticas públicas de proteção social.

Ana Rojas Acosta (Universidade Federal de São Paulo - Unifesp/SP) retoma o projeto de pesquisa interdisciplinar e intercontinental – Interfaces do Covid19 que deu origem a esta robusta rede de pesquisadores de universidades de diversos países latinos-americanos, da Inglaterra e Espanha e do próprio Brasil. Um segundo artigo de Ana Rojas dedica-se a reflexão sobre: Um olhar para as famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade. Enquanto Miguel Edgardo Vicente Trotta (Universidad Nacional de Lanús / Buenos Aires / Argentina) trata das Principales Políticas dirigidas a Sectores Vulnerabilizados en Argentina. Três outros autores colocam ênfase na segurança alimentar - Alice Dianezi Gambardella (Universidade Federal da Paraíba - UFPB/PB) sobre Segurança Alimentar na Zona Oeste de São Paulo em Tempos de Pandemia; Wendy Coxshall – (Liverpool Hope University – LHU / Inglaterra) La soberanía alimentaria, la agroecología y la reforma agraria: ¿Cómo promover la justicia climática? seguida de Miguel Edgardo Vicente Trotta, que aborda sobre o Desarrollo Sustentable Urbano y Seguridad Alimentaria en la población del Conurbano Sur de Buenos Aires en la situación de Pandemia Covid 19. Outro artigo é de Juana Eugenia Arias Rojas e equipe (Universidade Autônoma de Chile/Chile), que reflete sobre a Política Habitacional y Regeneración Urbana: Reconociendo y reparando una Deuda Histórica con Familias Chilenas – Chile.

A pandemia / COVID 19 marcou de forma inusitada a sociedade mundial. Sua chegada intempestiva mergulhou países em forte crise econômica, política e social, sobretudo sanitária.

Em todo o mundo, provocou uma radical mudança no cotidiano de vida da população: de início, com um severo distanciamento/isolamento social, - famílias em suas casas, comércios fechados, indústria e serviços fechados. O desemprego saltou, pobreza e fome aumentaram; a infame desigualdade destampou.

¹. A ONU declarou recentemente seu fim.

Considerada uma calamidade mundial e, não apenas nacional, colocou em alerta e ação todos os serviços de saúde e assistência social, seja no atendimento direto as vítimas seja, para assegurar proteção social.

A pandemia deu visibilidade às desigualdades sociais, ao aumento da pobreza e a consequente volta a insegurança alimentar.

Os artigos aqui destacados refletem sobre estes amargos impactos.

Para enfrentar pobreza e insegurança alimentar que atingiu parte expressiva da população, as políticas de proteção social verteram seus orçamentos quase exclusivamente em benefícios do tipo, transferência de renda complementar e cestas alimentares. A pandemia foi considerada uma emergência pública. Assim é que nossa política social pública se restringiu a benefícios monetários ou em espécie para os mais pobres.

Os benefícios são imprescindíveis na oferta de proteção social, mas não são suficientes. Sem a presença simultânea de serviços socioassistenciais articulados aos serviços das demais políticas públicas dificilmente sanamos as vulnerabilidades associadas a pobreza e a desigualdade.

Como sabemos a pobreza além de multidimensional é também heterogênea. Há um segmento de pobres que vivem em extrema pobreza quase sempre marcada por uma pobreza inercial. Para estes é necessária uma cesta de proteção social especializada na eliminação da inercia. Por muito tempo dedicamos a estes uma proteção social compensatória que não eliminava a inercia.

Há outro segmento de pobres que partilham de uma sociedade urbana/ complexa pressionada pelos contínuos avanços tecnológicos e científicos e novos vínculos sócio relacionais que correm por artérias virtuais. Estas famílias vivem novos modos e estilos de vida; buscam emancipação social. Para estas, os projetos de proteção social são distintos e necessários para apoiá-las neste processo de emancipação. É preciso lembrar que estas famílias querem inclusão, mas não possuem as capacidades substantivas para manter a emancipação.

Em nossos países, viver e sobreviver hoje, não são tarefa fácil: são tempos de inflação, recessão, desemprego; alta precarização na operação dos serviços públicos básicos. São tempos de vertiginosas inovações tecnológicas; os avanços da Inteligência Artificial, a robotização e a digitalização presente em todos os afazeres da vida vêm alterando práticas, posturas, relações de convivência e comportamentos do cotidiano.

Já não temos o mesmo normal pós quase três anos de uma pandemia mundial. Soma-se a ela, o conflito entre Rússia e Ucrânia resultando em guerra que já dura um ano. Sem dúvida este é também fator que tenciona o mundo.

Pandemia, guerra, inteligência artificial quebraram os paradigmas da antiga normalidade. Estamos tomados de enormes incertezas; medos, sectarismo e polarizações. A desconfiança tomou conta de nós, já não é fácil confiar nas instituições. Estamos nos tornando nômades e só digitais.

No atual contexto, o Estado precisa abraçar políticas de proteção social mais abrangentes e robustas. Há falhas, que ficaram evidentes, da rede de proteção social montada.

Uma dessas falhas é a da ausência de cobertura efetiva aos trabalhadores informais e, estes, formam um segmento expressivo em nossos países. Outra é a ausência de investimento em serviços socioassistenciais. O encantamento com as transferências condicionadas de renda vem matando os serviços. Tornaram-se o principal ingrediente no combate a pobreza e, no entanto, a insuficiência de renda é apenas uma das múltiplas dimensões da pobreza. Retornamos a um sistema de proteção social mínimo. As transferências de renda aos sem ou com pouca renda são consideradas um direito de cidadania e, portanto, um dever do Estado.

Aumentaram e se diversificaram as demandas por serviços sócio assistenciais. A proteção social tornou-se prioridade absoluta.

Sem investimento em serviços básicos não se tecem as mediações necessárias para o enfrentamento das desigualdades, a busca da equidade e da qualidade de vida para todos.

É pela via dos serviços que se desenvolvem competências substantivas capazes de romper com as tramas da desigualdade. Os serviços precisam ser expandidos, ganhar qualidade e inovação. Ganham qualidade com maior vontade política; toda política pública é dinâmica exigindo constantes avanços em suas pautas de ação.

Temos convivido nestes últimos anos com governo disfuncionais. Em decorrência, as políticas públicas caminham sem projeto e sem recursos. Não há crescimento econômico sustentável sem políticas sociais robustas.

Na segunda parte desta revista nos dedicamos a discorrer sobre PRÁTICAS INTERVENTIVAS DE TRABALHO SOCIAL.

A escolha de algumas dessas práticas é decorrente de dissertações de mestrado, sob orientação de Ana Rojas Acosta, nos Programas de Serviço Social e Políticas Sociais (Mestrado Acadêmico) e no Programa de Ensino das Ciências em Saúde (Mestrado Profissional) desta Universidade Federal de São Paulo:

- Cimere Tatiane dos Santos Klauk pesquisa e analisa políticas públicas para inserção ao mercado de trabalho na região central da cidade de São Paulo destinado a População em situação de rua;
- Cibele Evangelista Santos Alves focaliza Política de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Cajati – São Paulo.

Uma das práticas contemplada se volta às populações em situação de rua. Analisa a presença ou ausência de políticas públicas para inserção desta população ao mercado de trabalho na região central da cidade de São Paulo. A população em situação de rua cresceu muito nos anos de pandemia. O censo realizado na cidade de São Paulo sobre esta população registrou entre 2019 e 2021 o crescimento de 3,3 vezes de mais barracas nas vias e praças da cidade. Aumentou o número de famílias morando na rua. O censo registrou 31,8 mil moradores de rua. (Jornal o Folha de São Paulo 23/01/2022). No que se refere aos serviços de proteção social, o acolhimento institucional e centros dias foram uma das maiores demandas nas grandes cidades durante a pandemia.

Cibele reflete sobre política de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Cajati. Investiga com cuidado uma política factível e primorosa para uma pequena unidade de serviço assistencial localizada em município e região das menos desenvolvidas do estado de São Paulo.

Maria do Carmo Brant de Carvalho

Verão de 2023

REFERÊNCIAS

- AFONSO, José Roberto R. e ABREU, Thiago Felipe R.; Seguro Social: Construção e revisitação, 2019
- GENTILINI, Ugo (2019). Relatório de Desenvolvimento Mundial 2019.
- IBGE (2021) Estimativas da população. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html> Acesso em: 22.02.2023.
- PALHARES Isabela & Zylberkan Mariana. População de moradores de rua cresce 31% em São Paulo na pandemia. Segundo censo, quantidade só de famílias sem-teto quase dobrou em relação a 2019. Folha de São Paulo 23/01/2022. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/01/na-pandemia-quase-dobra-o-numero-de-familias-que-vivem-nas-ruas-de-sao-paulo.shtml> Acesso em: 22/02/2023.